

JORNAL A VOZ DO MOTOBÓY

SindimotoSP lidera manifestação de entregadores de apps em São Paulo e une categoria

CONTRA A PRECARIZAÇÃO ENTREGADORES DIZEM NÃO



Enquanto as empresas de aplicativos ficam milionárias, os trabalhadores cadastrados nas plataformas estão cada vez mais expostos ao coronavírus e veem seus salários diminuírem encarando jornadas de trabalho que chegam a 18 horas.

Enquanto isso, o discurso geral delas é que o trabalhador não é trabalhador, mas sim autônomo,

donos de seus próprios negócios, o que é uma inverdade.

Porque o trabalhador é apenas a parte mais fraca dessa relação. Ganha conforme o tempo que consegue fazer entregas, mas, a cada uma, o valor diminui, em vez de aumentar. Com isso, arca o custo da manutenção da moto, manter documentação

em dia, além de enfrentar trânsito caótico, discriminação, sol, chuva e o pior: abandono em caso de acidente.

Se o entregador reclama individualmente, questiona algo ou simplesmente pede explicação sobre qualquer assunto, é bloqueado e, em muitos casos, desligado da plataforma.

Pg 04

SindimotoSP tem histórico de luta contra precarização promovida pelas empresas de Apps

Atualmente tem muitos espertinhos dizendo que são a favor dos entregadores de aplicativos e querem mais do que nunca associarem suas imagens as reivindicações que estes trabalhadores tem feito em todo Brasil. Mas, na verdade, essa bandeira foi le-

vantada em 2016 pelo SindimotoSP que encarou de frente gigantes do setor, mega empresários e investidores que tentam jogar a mão de obra oferecida pelos motoboys lá embaixo enquanto ganham milhões e veem suas empresas ficarem cada vez mais ricas.



Pg 05

Motoboys homenageiam profissionais do Hospital Lucy Montoro



Pg 02

PL 578 colocará ordem no caos que Apps promovem em SP

Pg 06

O SindimotoSP já está preparando uma manifestação maior do que aconteceu em 1º de julho porque entende que o poder judiciário é o único caminho para a solução dessa questão, já que as empresas de aplicativos que atuam no motofrete não são fiscalizadas, não respeitam seus trabalhadores e as Leis Federais 12.009, 12.997 e 12.436, além da Lei Municipal 14.491 no caso de SP.



AMORTECEDOR COFAP COM GARANTIA EM DOBRO!

É MUITO FÁCIL PARTICIPAR:

é só comprar os amortecedores Cofap para motocicletas no período da campanha, guardar a Nota Fiscal e o certificado de garantia devidamente preenchido pelo revendedor. Pronto! você ganhou a garantia Cofap em dobro!



Motoboys homenageiam profissionais do Hospital Lucy Montoro

O evento aconteceu por volta do meio-dia em 29 de junho, na frente das unidades

VILA MARIANA - Rua Domingo de Soto, 100 e MORUMBI - Rua Jandiatuba, 580.



Mais de 300 motoboys de todos os setores do motofrete (Dia, Delivery, Diferenciado, Jornais e Revistas) compareceram ao convite do SindimotoSP e se juntaram numa ação que homenageou os profissionais da saúde da rede de Hospital Lucy Montoro no dia 29 de junho. Momentos de muita emoção foram vivenciados por todos, inclusive pedestres que passavam na rua, parando para aplaudir os homenageados.

Os motoboys foram recebidos pela coordenação das duas unidades do hospital de forma extremamente receptiva à homenagem, que aconteceu pelo serviço essencial que os profissionais de reabilitação estão realizando em plena pandemia de coronavírus, inclusive com o acolhimento dos encaminhamentos do SindimotoSP em relação aos motociclistas profissionais que tiveram pernas amputadas.

“Estamos muito felizes pelo reconhecimento dessa categoria que também merece homenagens porque não parou com o trabalho, pelo contrário, tem nos

auxiliado na busca de exames, trazendo remédios, fazendo a vida se tornar viável e a sociedade melhor”, comentou a prof. Dra. Linamara Rizzo Battistella, presidente do conselho Diretor do Instituto de Reabilitação do Hospital das Clínicas de São Paulo, que estava no momento do ato na unidade Vila Mariana.

Rede de Reabilitação Lucy Montoro

O hospital tem como objetivo proporcionar o melhor e mais avançado tratamento de reabilitação para pacientes com deficiências físicas incapacitantes, motoras e sensorio-motoras. A Rede realiza programas de reabilitação específicos, de acordo com as características de cada paciente. Os tratamentos são realizados por equipes multidisciplinares, composta por profissionais especializados em reabilitação, entre médicos fisiatras, enfermeiras, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, educadores físicos e fonoaudiólogos. Atualmente, a Rede de Reabilitação Lucy Montoro conta com unidades em funcionamento em todo o Estado e realiza mais de 100 mil atendimentos por mês.

Expediente

A Voz do Motoboy
 Jornalista responsável: Pedro Pimenta
 Diagramação: Rodrigo Martins
 Colaboradores: Febramoto / Abramoto
 DNP / Instituto Motofrete / SindimotoSP
 Associação dos Motofretistas
 Redação: Rua Dr Eurico Rangel, 58
 Brooklin Novo / Cep: 04602-060
 Telefone: 5049-0442
 Site: www.jornalavozdomotoboy.com.br
 email: redacao@jornalavozdomotoboy.com.br

Editorial

Passamos pela metade do primeiro semestre e com isso, vem reta final para o fim do ano. Sim, pode parecer cedo dizer isso, mas o que todos querem, mais do que nunca, é que esse ano acabe e com ele tudo que tem acontecido. Essa pandemia tem tirado sono, vidas, empregos e levado o mundo todo para um abismo. Como atravessar para o outro lado, só o tempo dirá. Aqui, continuamos nossa luta para informar e principalmente dizer aos trabalhadores do setor que não estão sozinhos. Sim, tem gente mesmo com tudo que está acontecendo lutando pelos direitos dos motoboys, ciclistas, mototaxistas, sejam de qual segmento forem. Prova disso, é o SindimotoSP que esteve com entregadores de apps e motofretistas CLT, além de outros, na busca de justiça, melhores salários e qualidade de vida. Aliás, é vida que segue e que é de luta. Vamos em frente!



AMORTECEDOR COFAP COM GARANTIA EM DOBRO!

É MUITO FÁCIL PARTICIPAR:

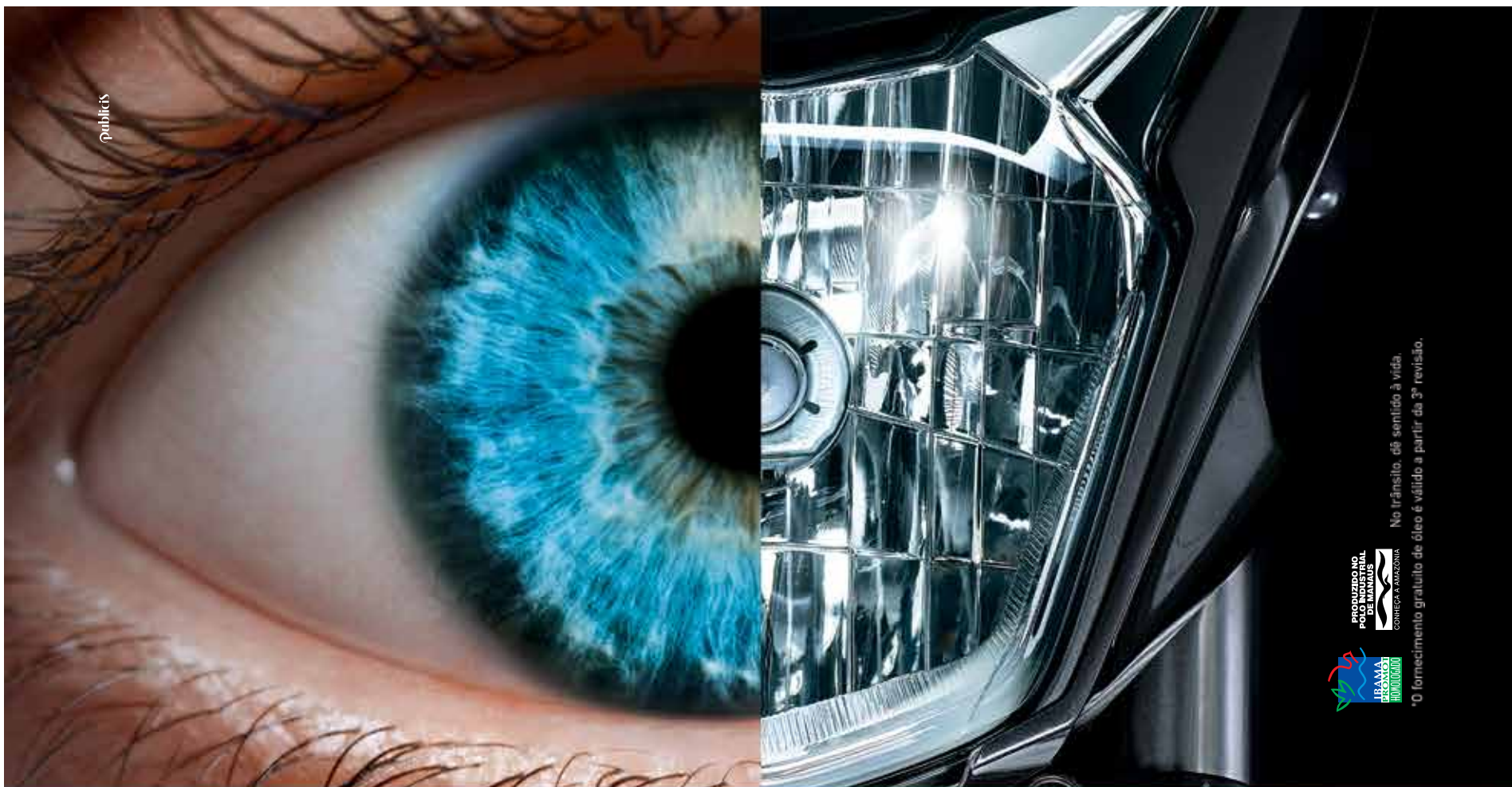
é só comprar os amortecedores Cofap para motocicletas no período da campanha, guardar a Nota Fiscal e o certificado de garantia devidamente preenchido pelo revendedor. Pronto! você ganhou a garantia Cofap em dobro!

*Período da Campanha - maio a julho de 2020.



Todos juntos fazem um trânsito melhor.

Cofapinho, o amigo de todas as horas.



No trânsito, o sentimento à vida.
*O fornecimento gratuito de óleo é válido a partir da 3ª revisão.

Quem vê fica

impressionado.

Quem pilota fica

impressionante.

O que move você

MOVE

a Honda



CB Twister Special Edition



honda.com.br/motos



SindimotoSP lidera manifestação de entregadores de apps em São Paulo e une categoria

Coordenando o movimento em São Paulo, o sindicato dos motoboys paulista uniu motoboys e bikers, entregadores celetistas, autônomos e MEIs para reivindicarem juntos melhorias no setor de motofrete, respeito e obediência das empresas de aplicativos as leis trabalhistas.



A categoria apoiou iniciativa do SindimotoSP e compareceu em peso na manifestação ocorrida em 1º de julho para dar um basta a exploração que as empresas de apps promovem no setor de motofrete. Elas promovem precarização das relações trabalhistas e promovem o dumping social.

Por volta das 10h, o ato saiu da sede do sindicato direto para o 2º Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), onde já existem duas ações civis públicas contra essas empresas. Cerca de 3 mil motociclistas estiveram no ato que, durante duas horas, ouviram queixas dos próprios motoboys em relação à situação que estão vivendo, com baixa remuneração, longas jornadas de trabalho, que as vezes duram até 18 horas, falta de EPIs e mais condições de trabalho, como locais para descanso e seguro de vida, entre outros. Em seguida, o movimento deslocou-se para a Avenida

Paulista, onde chegou ao pico de 5 mil motociclistas. A greve foi encerrada por volta da 16h na Avenida Octávio Frias de Oliveira - Ponte Estaiada.

Os entregadores, que estão na linha de frente no combate ao coronavírus, não deixaram de trabalhar e estão enfrentando sérios problemas. Na manifestação pacífica que percorreu as principais avenidas da cidade sem nenhum incidente, reivindicaram por melhoria das taxas por quilômetro rodado, fim dos bloqueios indevidos dos entregadores, equipamentos de proteção contra o coronavírus e a contratação de seguro de vida, contra roubo e furto de veículos.

Entre as reivindicações da categoria estão a melhoria das taxas por quilômetro rodado, fim dos bloqueios indevidos dos entregadores, equipamentos de proteção contra o coronavírus, locais



para descanso, a contratação de seguro de vida e contra roubo e furto de veículos.

Outra reclamação dos entregadores é que as empresas de apps alegam que eles são profissionais autônomos, mas se recusam corridas, não trabalham nos fins de semana ou batem metas, são bloqueados. Contrário a isso, na mídia geral ou para os consumidores, as empresas alegam que dão suporte aos trabalhadores, mas na realidade, estão abandonados a própria sorte. Se comunicarem que estão com Covid-19, as empresas solicitam que procurem o serviço de saúde pública, e imediatamente são bloqueados.

“Isso precisa mudar e somente acontecerá com a união dos trabalhadores, população e poderes públicos”, afirmou Gerson Silva, presidente interino do SindimotoSP.

Os motoboys celetistas que acompanharam o movimento, também estão apreensivos e querem respostas rápidas do MPT, porque se as empresas de aplicativos continuarem sem fiscalização, praticando concorrência desleal em relação as que contratam por regime CLT, seus empregos estão ameaçados, bem como o fechamento geral das empresas express tradicionais.



SindimotoSP tem histórico de luta contra precarização promovida pelas empresas de Apps



A primeira que recebeu denúncia foi a Loggi, que no setor de entregas rápidas express tenta monopolizar o segmento. No início, os motoboys foram induzidos por um ganho acima do que se pagava no mercado, inclusive, quem apresentasse tomadores de serviços ganhava até um bônus. Quando a empresa viu sua plataforma no montante que desejava de trabalhadores, começou a ditar regras opressivas e exploratórias. Diminuiu o valor da corrida obrigando o trabalhador a longas jornadas de trabalho, além de fazer retroceder anos de luta dos trabalhadores praticando o dumping social.

Diante desse quadro, o SindimotoSP liderou manifestação legítima e pacífica no galpão da Loggi em 16/11/2016. Cerca de 3 mil motociclistas profissionais fecharam os portões da empresa e tentaram negociar o aumento do valor da entrega e obter benefícios como aluguel da moto, periculosidade, cesta básica, VR etc. A Loggi não ouviu as reivindicações dos motociclistas e nem sequer recebeu seus próprios profissionais. A manifestação saiu então pelas principais vias da cidade até o Ministério Público do Trabalho (MPT). Lá, os trabalhadores foram ouvidos pelos procuradores que instauraram inquérito para investigação que, tempos depois, resultou em pesada multa para a empresa.

O SindimotoSP, com essa ação, conseguiu mais uma vitória importante no dia 23/11/2016, na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo (DRT-SP) ao levar a Loggi para dar explicações sobre precarização das relações trabalhistas. Na reunião, ficou decidido pelo grupo de trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que a empresa teria que relatar suas atividades, inclusive porque atuava com galpão em São Paulo se está situada em Barueri.

Em 14/03/2017, os trabalhadores motociclistas fizeram nova manifestação pacífica com o apoio irrestrito do SindimotoSP e percorreram algumas ruas da capital até chegar, desta vez, à Delegacia Regional do Trabalho - Ministério do Trabalho (DRT-MTE), na



Martins Fontes, onde foram recebidos e tiveram ouvidas atentamente as reivindicações. Elas acabaram se tornando um dossiê que deu início à uma investigação contra a empresa.

Em 02/08/2017, milhares de motociclistas da Loggi fizeram novo protesto em SP contra a Loggi, que continuava precarizando as relações de trabalho e cometendo injustiças, como diminuir sistematicamente o preço das corridas repassado aos motoboys. Em me-

nos de um ano o valor havia diminuído cerca de 50%. Os trabalhadores motociclistas foram até a prefeitura de SP, onde foram recebidos e orientados a pedir uma audiência pública na Câmara dos Vereadores de São Paulo para discutir o assunto. A audiência foi marcada sendo decidido pelos vereadores instalação de um grupo de estudo para criar uma lei regulatória especificamente para aplicativos. Atualmente, o PL 578, que tem a aprovação da maioria e ampla discussão com todos os envolvidos no setor, está em votação.



Audiência pública foi realizada com presença de diversos vereadores que ouviram as demandas da categoria

Em 2018, depois das denúncias realizadas pelo SindimotoSP e investigação profunda do Ministério do Trabalho e Emprego, a Loggi foi sentenciada por irregularidades nas relações de trabalho, sendo-lhe imposta uma série de multas que totalizaram cerca de R\$ 2.000.000,00. Em síntese, o MTE constatou formalmente aquilo que o SindimotoSP vinha apontando há anos: a empresa "Loggi" não é uma empresa de tecnologia, mas sim, uma empresa comum de motofrete que utiliza destes disfarces para ocultar o vínculo de emprego com seus trabalhadores: não só, mas pior: também foi constatado que estes disfarces criavam uma condição mais favorável à empresa, sendo esta a razão pela qual ela vinha conseguindo destruir o mercado de motofrete.

Em 14/01/2019 o SindimotoSP levou ao Ministério do Trabalho e Emprego - Superintendência Regional do Trabalho (MTE-SRT), as reivindicações da categoria em reunião de mediação para reverter diminuição do valor da corrida paga pela Rappi aos motociclistas. Os motoboys alegaram no ato que a empresa estava reduzindo o valor do frete e prejudicando os ganhos do trabalhador que se via obrigado a trabalhar cada vez mais por um salário menor, além de colocar a vida sob risco de acidentes constantes devido ao aumento da jornada de trabalho. Na ocasião, o sindicato afirmou que não havia outro caminho que não fosse levar à questão aos órgãos públicos competentes como Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) e que havia flagrante desrespeito e descumprimento da Rappi em relação as Leis Federais 12.009, 12.436, 12.997, as Resoluções 356 e 410 do Contran, além da Lei Municipal 14491.

Em 2020, no mês de julho, o SindimotoSP liderou manifestação de entregadores de apps em São Paulo, promoveu à união da categoria e mostrou força

com quase 5 mil motociclistas insatisfeitos diante do descaso das empresas Loggi, Rappi, Ifood, Uber Eats e outras que continuam enganando os trabalhadores motociclistas

Os entregadores, que estão na linha de frente no combate ao coronavírus, não deixaram de trabalhar com o isolamento social e estão enfrentando sérios problemas. Na manifestação pacífica que percorreu as principais avenidas da cidade sem nenhum incidente, reivindicaram por melhoria das taxas por quilômetro rodado, fim dos bloqueios indevidos dos entregadores, equipamentos de proteção contra o coronavírus e a contratação de seguro de vida, contra roubo e furto de veículos.

Outra reclamação dos entregadores é que as empresas de apps alegam que eles são profissionais autônomos, mas se recusam corridas e não trabalham nos fins de semana ou batem metas, são bloqueados. Contrário a isso, na mídia geral ou para os consumidores, as empresas alegam que dão suporte aos trabalhadores, mas na realidade, estão abandonados à própria sorte. Se comunicarem que estão com Covid-19, a situação piora porque as empresas solicitam que procurem o serviço de saúde pública, além de imediatamente serem bloqueados.



Histórico de luta SindimotoSP contra as empresas de Apps

2016 - 1ª grande manifestação legítima e pacífica, organizada pelo SindimotoSP, no galpão da Loggi. Dias depois, a empresa é chamada para dar explicações sobre precarização de relações trabalhistas na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo.

2017 - Com apoio do SindimotoSP motociclistas fizeram duas grandes manifestações, chegando a quase 10 mil motociclistas. O resultado foi o pedido da presença da empresa na Câmara dos Vereadores de SP para dar explicações sobre dumping social.

2018 - Depois das denúncias realizadas pelo SindimotoSP e investigação profunda do MTE e MPT, a Loggi foi sentenciada por irregularidades nas relações de trabalho, sendo-lhe imposta multas de quase R\$ 2.000.000,00. A empresa recorreu e o processo segue na justiça.

2019 - Foi a vez da Rappi ser autuada depois de denúncias do SindimotoSP. A empresa recorreu e o processo também corre em segredo de justiça. Entre 2018 e 2019 outras empresas também foram denunciadas, como a Ifood e Uber Eats.

2020 - Uma das maiores manifestações de SP de entregadores de apps foi coordenada pelo SindimotoSP, que uniu profissionais CLT, Autônomos e MEIs de todos os setores e segmentos. Papel do sindicato foi fundamental para o sucesso do evento.

PL 578 colocará ordem no caos que Apps promovem em SP

Esse projeto foi fruto de muitas audiências públicas, discutido amplamente, aprovado por unanimidade por vários vereadores e não criado por um único vereador e uma associação, atendendo interesses de empresas de aplicativos.

O SindimotoSP e a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara de Vereadores de São Paulo, elaboraram em conjunto o Projeto de Lei (PL) 578/2019 que realmente atende as demandas da categoria e que dará um novo rumo a situação do motofrete na capital paulista.

O PL 578 regulamenta a Lei Federal 12.009, 12.436, 12.997 e atualiza a Lei Municipal 14491 e ainda determina a responsabilidade das empresas de apps junto aos motoboys cadastrados em suas plataformas, além de promover a segurança do motociclista profissional no exercício da profissão e diminuir acidentes envolvendo motocicletas, entre outras questões.

Segundo a CET – SP, as empresas de entregas por

aplicativos que atuam no motofrete foram responsáveis por aumento de 18% nas mortes em acidentes envolvendo motocicletas na capital paulista. A regulamentação resultante do PL 578 obrigará essas empresas a terem responsabilidade com seus funcionários.

Assinaram o documento os vereadores, que aprovaram em unanimidade, Adilson Amadeu, George Hato, Mario Covas Neto, Quito Formiga, Ricardo Teixeira, Senival Moura e Xexéu Tripoli.

Um dos pontos da lei determina que as empresas de aplicativos, que faturam milhões, terão que ter Termo de Credenciamento nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 14491. Sem essa responsabilidade, as empresas de aplicativos jogam as responsabilidades dessa lei nas costas

do motofretista, que paga os impostos, recolhe tributação e tem seus salários rebaixados, ou seja, toda a tributação financeira fica nas costas do trabalhador motociclista.

No documento ainda tem a determinação que empresas que atuem no setor que não tem como sua atividade fim o motofrete, sejam obrigadas a obterem um Cadastro Simplificado.

Pelo PL 578 elas também serão obrigadas a pagar os 30% de adicional de periculosidade que os motofretistas celetistas já recebem por conta da Lei Federal 12997 e passarão a responder solidariamente, em caso de acidentes com o trabalhador, se responsabilizando com custos hospitalares ou com funeral, se for o caso.

Além disso, essas empresas não poderão contratar motociclistas para seus aplicativos que não tenham Condumoto (Lei Federal 12009) e Licença Motofrete – Placa Vermelha (Lei Municipal 14491) ou estimularem velocidade nas entregas com prêmios, bônus etc.

PL 3267 aprova tráfego de motos entre corredor de carros. Gestão positiva SindimotoSP e Febramoto teve papel decisivo na liberação.

Atuando em Brasília junto aos deputados federais, o SindimotoSP e a Febramoto com o apoio da Abraciclo, reuniram-se com os principais articuladores do Projeto de Lei 3267 - que está na Comissão de Viação e Transportes (CVT) e trata de mudanças no Código de Trânsito Brasileiro – e conseguiram reverter a proibição de motociclistas nos corredores de carros. Antes disso, o PL seguia determinado a proibir que as motocicletas

fossem proibidas de circular naqueles locais.

O SindimotoSP e a Febramoto argumentaram que a proibição não traria resultados na diminuição de acidentes envolvendo motos, principal motivo este, dos defensores da proibição, mas sim, uma ampla discussão para criação de políticas públicas para quem anda de motos.

As instituições mostraram aos deputados federais

Juscelino Filho (relator do PL 3267), Luiz Carlos Motta (presidente da CVT) e Hugo Leal, que fez a emenda ao texto original inserindo as motocicletas nos corredores por não considerar razoável a restrição demasiada, que a proibição traria mais problemas do que soluções.

O resultado dessas reuniões foi a retirada da proibição de motos nos corredores, que poderão circular entre os veículos, mas com as seguintes regras.

PL 130 do vereador Camilo Cristóforo é contrário aos interesses do trabalhador motociclista

O motofrete de São Paulo está para sofrer um duro golpe e retrocesso em anos de luta caso o Projeto de Lei 130 do vereador Camilo Cristóforo seja aprovado na Câmara Municipal de São Paulo.

Esse PL é uma afronta aos trabalhadores motociclistas que a cada dia são mais explorados pelas empresas de aplicativos que monopolizam o setor, precarizam relações trabalhistas e praticam o dumping social.

Esse projeto, por ser polêmico, já foi retirado da pauta diversas em sessões online que estão sendo realizadas entre os vereadores.

O SindimotoSP se coloca sumariamente contra ao PL porque defende um debate mais amplo e que favoreça toda a categoria, e não apenas uma empresa, no caso a Loggi, que emitiu parecer favorável ao projeto em que, na Comissão de Administração Pública

da Câmara, na página 3 do documento, aparece dizendo trabalhar com 15 mil motofretistas e que todos são microempreendedores individuais e recolherem previdência e impostos.

Ali, diz que os profissionais têm autonomia para aceitar os fretes e trabalham em média quatro horas por dia. O que não é verdade já que o Ministério Público do Estado de SP move ações contra ela no judiciário, inclusive já, sentenciando e multando a mesma, além de outras empresas de aplicativos que atuam no setor. Todas recorreram e seguem os processos na justiça.

Porém, é no artigo 6º do projeto que ele beneficia as empresas de aplicativos dizendo “As cooperativas, as associações, plataformas digitais de agenciamento e/ou intermediação de frete e aplicativos de entrega deverão ser constituídas exclusivamente por profissio-

nais autônomos, portadores de licença para o serviço de motofrete, profissionais e veículos devidamente regulamentados pelo Município, salvo os profissionais celetistas”, o que caracteriza uma falsa sensação de liberdade e autonomia para os motoboys.

Nesse sentido, o SindimotoSP defende veementemente o PL 578/2019 porque esse determina que as empresas de aplicativos sejam responsáveis e solidárias em relações aos motoboys e o mais importante: tem o apoio dos vereadores Adilson Amadeu, George Hato, Mario Covas Neto, Quito Formiga, Ricardo Teixeira, Senival Moura e Xexéu Tripoli.

O PL 578 além de ser mais completo e vantajoso para todos os motoboys da capital, ainda regulamenta a Lei Federal nº 12.009, nº 12.436, nº 12.997 e atualiza a Lei Municipal nº 14.491.

PL 254 que proíbe motos nos corredores em SP será retirado da pauta

Em São Paulo, o SindimotoSP esteve na Câmara Municipal em reunião super produtiva com o vereador Mário Covas Neto, autor do Projeto de Lei 254/19 (proibição de motos nos corredores entre os veículos na capital) conseguindo reverter a decisão do parlamentar de levar adiante a votação do PL.

A intenção de Mário Covas não era prejudicar os motociclistas, e sim, criar um ambiente mais seguro

para à cidade de São Paulo, dado que em algumas avenidas como a Rebouças, por exemplo, o espaço não permite circulação de motos entre os carros. O vereador entendeu na argumentação do SindimotoSP que o Projeto de Lei 3267 votado em Brasília, além de ser mais amplo, libera o tráfego de motocicletas nos corredores em todo Brasil.

A intenção do vereador Mário Covas Neto com esse

projeto seria proibir os motociclistas da capital de SP trafegarem entre veículos em todas vias urbanas que possuam redução de largura das faixas ou em decorrência da utilização do conceito MULV - Melhor Utilização do Leito Viário.

Quem desobedecesse pagaria multa e teria pontos creditados na CNH, conforme estipula o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).



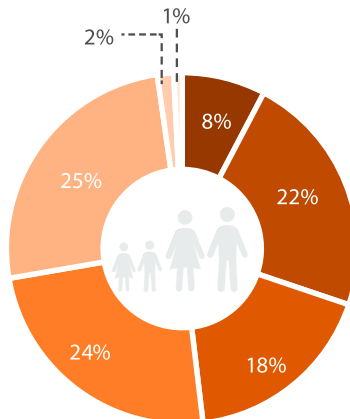
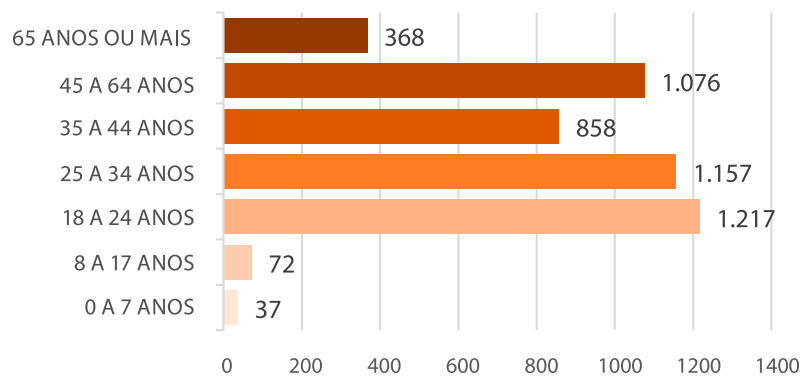

Rua Dr. Fernão Pompeu de Camargo, 865 • Jardim Trevo • Campinas, SP

19 3272 9821 • 19 3272 1707

www.albamoto.com.br • loja.albamoto.com.br

Aumentam números de motoboys amputados que trabalham com aplicativos

De janeiro a março de 2020, a quantidade de motociclistas que sofreram acidentes no trânsito e tiveram membros amputados, chegou a impressionantes 48.221 pessoas. São homens e mulheres com idades entre 18 e 65 anos que carregarão pelo resto da vida uma seqüela física que irá diminuir sensivelmente à qualidade de vida.



Indenizações Pagas por Invalidez Permanente por Acidente com Motocicletas por Faixa Etária Jan a Mar/2020

Nesse contexto, estão motoboys que realizam entregas rápidas para empresas de aplicativos no motofrete. Com o crescimento da demanda devido ao isolamento social, eles têm trabalhado cada vez mais em longas e exaustivas jornadas. Se não bastasse isso, para contribuir com o perigo, as empresas de apps ainda oferecem prêmios para que os entregadores cumpram metas acelerando cada vez mais, o que é proibido pela Lei Federal 12.436.

Soma-se isso ao fato de que estas empresas também não exigem seguro de vida dos motociclistas profissionais, outro item determinado pela Lei Federal 12.009 e, no caso de São Paulo, a Lei Municipal 14.491, para que exerçam sua função de entregadores express, assim, quando, o motoboy se envolve num acidente, a preocupação da empresa de aplicativo é saber se a entrega será concluída e não com as condições do trabalhador, que fica abandonado justo no momento que mais precisa.

Dessa forma, atuando de forma irregular não obedecendo as leis que regem o setor de motofrete, essas empresas acabam contribuindo, de uma cerra forma, o aumento dessas amputações, não oferecendo o mínimo que o motofretista merece.

“É necessário maior atenção do Poder Legislativo para essa nova modalidade de relação de trabalho, além da observância às leis existentes, ainda que mínimas, são ignoradas pelas empresas. Só desta forma se conferirá mais justiça a essa categoria que atualmente carrega, literalmente, o comércio nas costas, comenta Rosemeire Gelcer, advogada e autora do livro Motofretista e Apps de delivery - Quem carrega esse baú, obra que aborda a relação entre motofretistas e empresas de apps.

Quatro trabalhadores motociclistas, histórias diferentes, mas algo em comum: o descaso das empresas de Apps



Desde 14 de novembro de 2019, o motoboy de 61 anos **Joel Brosselin** tenta em vão entrar em contato com a Ifood para pedir ajuda em relação ao acidente que sofreu trabalhando para ela, perdendo

parte da perna direita, abaixo do joelho. “Foi por eles que perdi a perna”, desabafa emocionado o motoboy em vídeo que está divulgando para que de alguma forma, seu apelo chegue a Ifood, já que sempre trabalhou duro, honestamente e nunca deixou de fazer uma entrega em turnos de trabalho que duravam até 13 horas ininterruptas. Mesmo assim, diante desse profissionalismo e o organizador logístico a qual Joel se reportava saber da história, a Ifood jamais entrou em contato com Joel, que trabalhava de motoboy há 12 anos e a 1 ano e meio como Ifood.



Felipe Pereira Bockor, de apenas 21 anos, estava há 1 ano e 6 meses trabalhando para a Uber Eats quando sofreu o acidente. Parado num dos semáforos da Avenida Nações Unidas durante uma entrega, sequer imaginava que sua vida mudaria em questões de segundos. No sinal verde, acelerou e saiu, quando mais a frente um carro saindo de uma ponte pegou-o de frente, resultando em internação imediata no hospital em que ficou 11 dias. Foram duas cirurgias e, infelizmente, uma amputação do pé. Já se passou mais de dois meses e até aqui, a Uber Eats não deu sinal de vida. Como não pode esperar, tem sido ajudado por familiares e amigos, já que não tinha seguro de vida.



Robson José do Prado, de 34 anos, trabalhou 10 anos como motoboy para empresas CLT. Como não encontrava emprego nas tradicionais de entregas rápidas, que registram em carteira, foi para os aplicativos.

Passou pela Loggi, Uber Eats e no Ifood. Nesta última, estava fazendo entregas apenas há alguns meses e em ritmo alucinante, trabalhando em jornadas que ultrapassavam 12 horas de trabalho para valer à pena, quando aconteceu o acidente que o levou em coma para o hospital em que fez uma cirurgia de emergência, teve três paradas cardíacas e uma segunda cirurgia. Resultado: amputação da perna abaixo do joelho, assim como outros motoboys que sofreram esse tipo de acidente, não recebeu nenhum seguro de vida, “Vou atrás dos meus direitos” relata.



Alexsandro dos Santos Souza, de 45 anos, estava a serviço do app Zé Delivery quando o acidente aconteceu. Ficou internado no Hospital de Clínicas Municipal José Alencar, em São Bernardo, onde

passou por quatro cirurgias, sendo que as últimas amputaram o pé esquerdo. Apesar de ser feriado de Dia de Tiradentes, Alexsandro, que mora com a esposa e com o filho, saiu para trabalhar. “Eu dei uma baqueada por causa do acidente. Sou o cara da casa, e penso nas contas que virão. Teve um dia que chorei grande. Fiquei pensando na minha mulher e no meu filho, que fez cinco anos. Mas tudo bem. Sobrevivi e vou ver meu filho crescer”.

Pontuação para suspensão de CNH sobe de 20 para 40 pontos



Os deputados federais em Brasília aprovaram alterações no Código Brasileiro de Trânsito (CTB) e ampliaram de 20 para 40 pontos o limite para a suspensão da Carteira Nacional de Trânsito (CNH). Apesar de

ampliar o limite para a suspensão da CNH, o relator incluiu na proposta um escalonamento e algumas exigências ao motorista. Segundo o texto, há uma escala com três limites de pontuação: 20 pontos, se o condutor tiver duas ou mais infrações gravíssimas; 30 pontos, se tiver apenas uma infração gravíssima; ou 40 pontos, se não constar entre as suas infrações nenhuma infração gravíssima.

Já os motoristas profissionais terão o limite de 40 pontos mesmo independentemente da natureza das infrações cometidas. Ou seja, haverá ampliação mesmo que o condutor tenha cometido infração gravíssima. Atualmente, a lei prevê 20 pontos em 12 meses

como regra geral. Já o texto enviado pelo governo previa a suspensão da CNH com 40 pontos abatidos em 12 meses.

O texto determina o prazo de 10 anos para a renovação dos exames de aptidão física e mental para condutores de até 50 anos; cinco anos para motoristas com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 70 anos; e de três anos para aqueles com idade igual ou maior a 70 anos.

Para profissionais, o prazo de validade é de cinco anos com idade inferior a 70 anos. Atualmente, segundo o CTB, o exame pode ser feito a cada cinco anos e, para pessoas acima de 65 anos, a cada três anos.



TÁ ACHANDO QUE **MOTO**
CAI DO CÉU?



**VOCÊ TEM QUE
SE PLANEJAR.
FAÇA UM
CONSÓRCIO HONDA.**

*Para simulação de consórcio,
compra on-line e outras informações,
acesse www.consorciohonda.com.br
ou aponte a câmera do celular
para o código acima.*

HONDA
Consórcio

No trânsito, dê sentido à vida.

